



## SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

### ATA DA 13ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2015

Às **11 horas**, do dia **10 de setembro de 2015**, na sala de reuniões da Secretaria de Transparência, foi realizada a 13ª reunião Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal, para apreciar a pauta.

Presentes à reunião Elga Mara Teixeira Lopes, diretora da Secretaria de Transparência (STRANS) e presidente do colegiado; Márcio Sampaio Leão Marques, diretor da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC); Virginia Malheiros Galvez, diretora da Secretaria de Comunicação Social (SECOM); Inaiara de Souza Golob, da Coordenação de Relacionamento com o Cidadão/Ouvidoria; e Caio Magri, representante do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Os conselheiros Natália Paiva, representante da ONG Transparência Brasil, e Jesus Chediak, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), justificaram suas ausências.

#### **1. Discussão e aprovação da ata da reunião anterior**

A presidente do Conselho submeteu a ata da 12ª reunião do colegiado para aprovação. Não havendo impugnação, o documento foi declarado aprovado.

#### **2. Discussões sobre o Índice de Transparência do Legislativo**

Os conselheiros discutiram a implementação do Índice de Transparência do Legislativo e elencaram algumas ações para viabilizar o lançamento e a aplicação dos indicadores.

Ações:

- Elaborar cronograma de lançamento e aplicação do Índice.
- Lançamento do Índice pela Presidência do Senado ou pela Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.
- Realização de audiência e de consulta públicas, com o objetivo de validar os indicadores com a sociedade, de forma aberta e proativa.
- Metodologia, questionário, régua de avaliação e manual de aplicação deverão ser inseridos em sistema para a consulta pública.
- O Índice deverá ficar disponível para consulta por 30 dias. Ao final desse prazo a Secretaria de Transparência consolidará as contribuições.
- A consulta será realizada por meio do Alô Senado/Ouvidoria e demais canais do Senado de interação com os cidadãos, como as redes sociais.
- Para viabilizar o lançamento do Índice em 2015, tendo em vista a necessidade de se compatibilizar agendas, a consulta pública poderá ser iniciada na 1ª semana de outubro e a audiência seria realizada no decorrer dos 30 dias.



## SENADO FEDERAL

### Conselho de Transparência e Controle Social

- Duas possíveis datas para o lançamento são 9/12 – Dia Nacional de Combate à corrupção e 18/11 – Aniversário de promulgação da LAI.
- Assim que a consulta pública for aberta, enviar e-mail marketing para ONGs, Assembleias estaduais e municipais, associações de tribunais de contas e ministérios públicos e outras entidades convidando para participar.
- Para a audiência, sugere-se a participação das seguintes organizações: Controladoria Geral da União – CGU, Amarribo, Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais – Abong, Contas Abertas, associações de Ministérios Públicos e de Tribunais de Contas, Instituto de Fiscalização e Controle – IFC, entidades participantes do projeto Cidade Transparente, comitês Ficha Limpa.
- Visando economia de gastos, as entidades que não tenham pessoal em Brasília – ou que não possam arcar com os custos de viagem – poderão participar virtualmente.
- A organização deste projeto cabe ao Conselho de Transparência e Controle Social, em conjunto com Presidência do Senado/Secretaria de Transparência e com a Comissão de Transparência e Governança Pública.
- Convidar a Câmara dos Deputados.
- Se possível, criar uma comissão de transparência mista, com Senado e Câmara.
- Disponibilizar aos conselheiros o Manual do Índice e a minuta de ato que regulamenta a transparência ativa no Senado.
- Os veículos de comunicação do Senado farão ampla divulgação da audiência e da consulta públicas.
- A ata da reunião será disponibilizada com urgência aos conselheiros, de forma a agilizar o processo de organização das ações levantadas durante a reunião.

### **3. Audiência com o presidente do Senado Renan Calheiros**

A Secretaria de Transparência havia agendado reunião com a Presidência do Senado para tratar do lançamento do Índice de Transparência do Legislativo e aproveitou para convidar os conselheiros, sendo o senhor Caio Magri o único presente dentre os membros do colegiado que representam a sociedade civil. Na ocasião, o conselheiro Caio Magri falou da importância deste projeto ser lançado ainda em 2015 e lembrou que essa agenda pode contribuir para as eleições municipais. Foi tratado, então, de um cronograma de lançamento dos indicadores, próximo à data de promulgação da LAI. Quanto ao processo de avaliação, o conselheiro Caio Magri ressaltou que este instrumento de avaliação poderá ser utilizado pelas casas legislativas para se autoavaliarem, mas a finalidade principal é que a sociedade o utilize para avaliar o Legislativo e, dessa forma, o Índice apresenta-se como uma grande inovação, podendo transformar-se numa ferramenta de política pública, na medida em que envolve fortemente a sociedade civil. A presidente do Conselho lembrou que o



SENADO FEDERAL  
Conselho de Transparência e Controle Social

Índice foi inspirado nos indicadores do Instituto Ethos, que apenas com o lançamento simbólico ocorrido no fim de 2014 diversas entidades já entraram em contato com o Senado solicitando o compartilhamento da metodologia dos indicadores e que nos dias 22 e 23 de setembro o Senado participará da Conferência Ethos 360° apresentando e divulgando o Índice de Transparência do Legislativo.

Senado Federal, 10 de setembro de 2015.

---

Elga Mara Teixeira Lopes

---

Márcio Sampaio Leão Marques

---

Virgínia Malheiro Galvez

---

Inaiara de Souza Golob

---

Caio Magri